

## CNA E SOBER

**\* Roberto Rodrigues**

No final de julho, a Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, presidida pelo Dr Elisio Contini, ex-coordenador da área estratégica do Ministério da Agricultura, realizou seu evento anual, com cerca de 1000 trabalhos técnicos apresentados.

Um dos produtos do evento foi o lançamento do prêmio Sober/CNA, sobre as temáticas Produção Agrícola e Meio Ambiente; e Produção Agrícola e Questões Fundiárias.

Trata-se de mais um esforço empreendido pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – em sua busca pela aproximação com a academia, com o objetivo de incentivar a produção de trabalhos técnicos que interessem aos agropecuaristas brasileiros.

Os prêmios serão oferecidos a autores de teses, artigos, dissertações e livros produzidos em Centros de Pesquisa e de Pós Graduação sobre os dois temas.

É uma notícia alvissareira, seja pelo esforço de aproximação da CNA com a academia, seja pelos dois temas elencados, que, uma vez estudados cientificamente, poderão trazer esclarecimentos definitivos à sociedade quanto à capacidade de produtores brasileiros assegurarem uma alimentação com qualidade para seus consumidores nacionais e estrangeiros, sem prejuízo ao meio ambiente e com desenvolvimento democrático.

Entre as questões levantadas pela CNA, estão:

- Como conciliar o desenvolvimento do país, especialmente no setor primário produtivo, com a preservação ambiental? Qual o verdadeiro impacto das lavouras e das pastagens brasileiras no meio ambiente e seu benefício na geração de empregos e renda? Qual o custo para a sociedade da criação de Unidades de Conservação? Qual o custo de se manter a reserva legal nas propriedades rurais, e seus benefícios ambientais? Não existe maneira mais econômica e com impacto positivo maior do ponto de vista ambiental? Quanto à questão fundiária, indicadores de população e força de trabalho da FAO (2004) demonstram que os países desenvolvidos possuem, em média, 6% de sua população economicamente ativa na agricultura e que países em desenvolvimento possuem 53%. O Brasil, em 2004, possuía 15% de sua PEA na agricultura, correspondendo a cerca de 12,1 milhões de pessoas. Para onde iremos frente a tais dados?

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA revela que foram assentadas, até junho de 2007, mais de 1 milhão de famílias em áreas que ocupam 72 milhões de hectares. A área de produção de lavouras anuais ocupa, segundo o IBGE, 47 milhões de hectares. Ora, se os assentamentos de reforma agrária já ocupam uma área superior a de produção de grãos, qual a produção e a produtividade dos assentamentos, qual o custo para a sociedade e o benefício destes? Quantos foram consolidados e emancipados?

E ainda cabe avaliar a questão indígena, quilombola, dos ciganos, comunidades ribeirinhas, sendo essencial excluir desta discussão o componente ideológico. Daí a importância da visão acadêmica, límpida e séria.

Eis um bom desafio a quem se incline pelos legítimos interesses do agronegócio brasileiro.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**